

Ministros do Supremo dizem que jornalista fraudou reportagem

Está nas bancas, depois de quase 1 ano de apuração, uma enorme reportagem sobre o Supremo Tribunal Federal. Quem a publica é a revista *piauí*. A expectativa alimentada pelo alto investimento da editora Alvinegra, ligada ao Instituto Moreira Salles, parece ter-se frustrado. A repercussão da reportagem limitou-se, basicamente, a queixas de decepção da ala Sul da Praça dos Três Poderes, onde fica o tribunal.

Ao menos dois ministros não reconheceram as declarações que lhes foram atribuídas por Luiz Maklouf Carvalho. “Ele adaptou o que eu falei ao que ele gostaria que eu tivesse falado”, comentou **Gilmar Mendes**, para quem o redator “vestiu as luvas da intriga” para tentar montar um texto de impacto. Outro que nega ter dito o que se publicou foi **Eros Grau** (no cargo, à época da reportagem). Dias Toffoli cogitou acionar a editora por ter sido apresentado como condenado quando, bem antes da publicação da reportagem, a decisão fora anulada, por imprópria. Cezar Peluso não quis comentar.

O ministro **Ayres Britto** foi um dos ministros que se sentiram ludibriados. “Fiquei com a forte impressão de que o Maklouf partiu de uma pré-compreensão para fazer sua reportagem.” Para o ministro, o repórter “incidiu em erros nítidos de leitura e avaliação dos fatos — principalmente nas questões técnicas”. Assim como Gilmar Mendes, Britto aponta que o redator “ajustou os fatos às suas suposições, que foi o que ele publicou”. A verossimilhança se encarregaria de transmitir a impressão de autenticidade.

Pelo menos mais dois entrevistados disseram ter sido traídos na reprodução de suas palavras ou na descrição de seus atos. Ricardo Lewandowski, assim como Britto, teve a descrição de um voto seu apresentada de forma distorcida. A reportagem também foi cruel com Ellen Gracie e Cármen Lúcia, mas Joaquim Barbosa foi poupado.

Com absoluta convicção, na abertura do texto, Maklouf sentencia que o tribunal é “uma instituição que toma decisões de afogadilho, sem muita lógica”. O criminalista **Alberto Zacharias Toron**, discorda dessa visão reducionista. Ele considera que “a reportagem foi mesquinha com o Supremo Tribunal Federal”. Para rebater a conclusão da revista, o advogado enfatiza que “o STF não é um tribunal que toma decisões de afogadilho”.

“O Supremo pode até errar. E erra”, afirma Toron, “mas as grandes questões que passam pelo tribunal, definitivamente, são estudadas e muito debatidas. Vimos isso no caso das células-tronco; no caso Cesare Batisti, com uma questão complexa e profunda sobre os limites da apreciação de atos do executivo; e entre tantos outros, no caso da Serra Raposa do Sol. Gostemos ou não do resultado. Pode ter um caso ou outro mal decidido ou sem logicidade. Isso pode acontecer, até por conta da montanha avassaladora de processos que entopem o tribunal. Mas não é a regra, como a revista pretende. Pelo contrário. Há um predomínio de decisões muito boas e corajosas. Como corte, em termos qualitativos, está muito além da vasta maioria dos tribunais do país e do mundo”.

Os casos narrados na reportagem já foram todos publicados neste site e nas edições do **Anuário da Justiça**, publicado pela mesma empresa que edita a revista **Consultor Jurídico**. A diferença é que a *piauí*

reduziu o tribunal a apenas duas ou três características — algo como dizer que a famosa Monalisa é um quadro que retrata duas mãos de uma mulher ou dizer que um cachorro tem formato de um rabo peludo. Claro que no quadro de Da Vinci aparecem duas mãos e cachorros costumam ter rabo, mas não só isso. O truque, na filosofia é chamado de falácia de composição (uma das 58 falácias lógicas estudadas). No jornalismo seria o mesmo que dizer que uma publicação é um lixo porque apenas uma de suas reportagens é intelectualmente desonesta.

O texto da *piauí* não se ocupa do papel do STF na sociedade brasileira. Os grandes debates em torno do STF não estão na reportagem. A acusação do Ministério Público Federal — e de alguns juízes — de que o tribunal se dedica a soltar os criminosos ricos que a primeira instância prende; a análise dos papas mundiais do Direito, que enxergam no Brasil a Corte Constitucional que, em todo o mundo, mais interfere nos destinos do país; ou a visão de Albert Fishlow, para quem o mais longo período de estabilidade política e econômica desta terra se deve ao Judiciário — STF à frente — e não à classe política, são lacunas da coleção de historinhas escrita por Luiz Maklouf Carvalho. Boa parte do texto se destina a historiar quanto o tribunal gasta com combustível, café e papel higiênico. Revela também que a toga de gala de cada ministro custa R\$ 370 e a do dia-a-dia, R\$ 197. Além de roupas, o redator descreve plantas, salas e mobílias. Por outro lado, o jornalista mostra que não entendeu dois grandes instrumentos da transformação do tribunal — o efeito vinculante e a nova visão do Mandado de Injunção — que descreve de forma errada. Para ele, uma lei constitucional e um artigo da Constituição são sinônimos.

Embora tenham sido entrevistados alguns dos principais estudiosos da Constituição e do Judiciário brasileiro, a revista não reproduziu nada do que ouviu deles. Já as opiniões de uma pessoa de nome Conrado Hübner Mendes (ao que se sabe, um professor brasileiro que vive nos Estados Unidos e doutorou-se em país sem jurisdição constitucional, a Escócia) foram bastante aproveitadas. Foi escolhido, provavelmente, por suas teses espantosas como a de que “a superexposição na televisão não ajuda o Supremo a ser mais transparente (...) em geral só tem atrapalhado”.

A pauta de Maklouf era descobrir algum “caso de corrupção” envolvendo o Supremo. Ele teve quase 1 ano para fazer a reportagem, período em que foi morar em Brasília. Sem sucesso na busca de um “caso de corrupção”, passou a buscar quaisquer histórias que pudessem comprometer os ministros, como “amizades suspeitas”, aventuras fora do casamento e defeitos pessoais. Passou a trabalhar então em teses como a de que não cai bem ministros terem amigos que advogam ou que o lançamento do **Anuário da Justiça** no STF é uma imoralidade. O próprio autor admite que cuidou de picuinhas. Mas as atribui ao tribunal, não ao seu texto. Jeito transversal de se absolver da prática de colunismo social em reportagem e, ao mesmo tempo, desculpar-se pela opção feita.

Maklouf defende o princípio exotérico da desonestidade presumida. Funciona assim: se um ministro tem um amigo que é advogado ou empresário, logo, deve haver entre eles uma troca de favores ilícitos. Interpelado para a necessidade de fato específico para sustentar acusação do gênero, ele retrucou: “É aquela história da mulher de César — não basta ser honesto...”

Questão de estilo

Luiz Maklouf tornou-se famoso na imprensa em 1989 quando produziu a manchete “Lula tem filha cuja

existência nunca revelava”, do *Jornal do Brasil*. O jornalista descrevia Lurian Cordeiro Lula da Silva como “o segredo mais bem guardado do candidato a presidente da República pelo Partido dos Trabalhadores, deputado Luis Inácio Lula da Silva, 44 anos, mantido a sete chaves pelos dirigentes da campanha do candidato”.

Na vida real, Lula reconheceu a filha desde o primeiro momento. Registrara-a em seu nome e se via forçado a visitá-la furtivamente, com a cumplicidade da avó materna, por causa do impedimento da mãe, a enfermeira Míriam Cordeiro. Da sua biografia pública, editada pela Câmara dos Deputados (“Repertório Biográfico”), constava o nome de Lurian, dois anos antes de a reportagem ser publicada. Mas como a população não sabia, a falsa ideia de “filha fora do casamento” (Lula era solteiro quando namorou com Míriam), teve grande repercussão.

O factóide serviu mais tarde para que Fernando Collor derrubasse o candidato do PT na reta final da campanha. Os cientistas políticos são unânimes nesse ponto: sem a ajuda da invenção de Maklouf e o apoio da Rede Globo, Collor não se elegeria.

Mais tarde, em 1999, ao saber que Maklouf seria um dos seus entrevistadores no programa Roda Viva da TV Cultura, Lula desistiu. Disse que não iria se o repórter, a quem chamou de “vigarista”, estivesse na bancada. Maklouf foi tirado do programa. Lula foi criticado por isso. Lurian saiu em defesa do pai, com a carta abaixo, publicada no *Observatório da Imprensa*:

Resposta a Maklouf **Por Lurian Cordeiro Lula da Silva**

Será certo esta revista criticar o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva por ter vetado o nome do "tão premiado jornalista Luiz Maklouf de Carvalho"? Lula foi contestado por censurar a liberdade de imprensa, mas quem questiona a falta de ética do jornalista? Eu, como vítima dele, posso julgá-lo sem qualquer problema.

Aos que desconhecem a história: em abril de 1989 eu tinha 15 anos, e este cidadão me procurou usando o nome do assessor de imprensa do meu pai, o Ricardo Kotscho, dizendo que estava colhendo depoimentos para o livro da campanha presidencial de 1989 que o PT estava elaborando. Eu morava com a minha avó, e como nós sabíamos que o Kotscho estava escrevendo um livro da campanha, ingenuamente caímos no conto desse mau caráter.

Ele ainda teve a cara de pau de sugerir que eu comprasse o Jornal do Brasil do dia seguinte, que iria sair uma "notinha" sobre o livro.

Qual não foi minha surpresa, no dia seguinte, quando vi que eu era a manchete do JB, intitulada "A filha que Lula omitia." Gostaria de frisar aqui que meu pai nunca foi um pai omissor. Desde que nasci recebi seu nome, e se não o vi antes dos 4 anos foi porque minha mãe não permitiu. Infelizmente, minha maior testemunha destes fatos faleceu em março deste ano. Mas ela, mesmo sendo minha avó materna, desmentiu minha mãe e a imprensa em todos os momentos.

E este jornalista tão premiado (que, em minha opinião, não merecia o Prêmio Jabuti, mas sim o Prêmio Jaburu) sequer teve o procedimento ético de se redimir e assinar uma matéria corrigindo a manchete do JB. Sequer se preocupou com as consequências que tal reportagem poderiam causar a uma adolescente

de 15 anos de idade.

Por um lado foi bom. Graças a jornalistas com ele resolvi seguir a carreira. Hoje curso o sexto semestre de Jornalismo na Umesp, e meu objetivo é provar a esses ditadores da imprensa marrom que é possível fazer jornalismo com ética.

Date Created

17/08/2010